

## **DANO MORAL TRABALHISTA E A EMENDA CONSTITUCIONAL 45/04**

Aluna: Cristiane Canella Vallim - Unesp C. Franca - Orientadora: Prof. Eliana dos Santos Alves Nogueira - Área: Humanas - Sub-área: Direito Privado - Curso: Direito

A Emenda Constitucional 45, de 08 de Dezembro de 2004, ampliou significativamente a competência material da Justiça do Trabalho, de acordo com a nova redação conferida ao artigo 114 da Constituição Federal de 1988, haja vista que ela passou a deter competência para processar e julgar a totalidade das ações oriundas da relação de trabalho e não mais as lides exclusivamente estabelecidas entre trabalhadores e empregadores.

O Dano Moral Trabalhista é uma questão complexa e polêmica. Complexa, pois como todo dano moral tem a dificuldade de sua caracterização, comprovação e quantificação. Polêmica, pois tem a sua aceitação contestada por muitos. No caso do dano moral trabalhista acrescenta-se ainda a questão da competência.

Após muitas discussões jurisprudenciais, a Emenda Constitucional 45/04 colocou fim a essa discussão, legislando a respeito da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar litígios referentes ao Dano Moral Trabalhista. Não podemos negar que o Direito do Trabalho é um campo fértil para as ações de responsabilização por danos, notadamente por dano moral trabalhista.

Temos nesse ramo do direito, questões como a hipossuficiência do trabalhador e a relação de submissão do trabalho frente poder econômico. Uma reflexão sobre a tendência jurisprudencial de Dano Moral Trabalhista conduz à conclusão de que o Dano Moral converteu-se em instrumento de Justiça Social. É ele o responsável por trazer à tona a dignidade perdida, por exemplo, numa dispensa imotivada por falso crime imputado ao trabalhador e que muitas vezes a família do trabalhador não tem meios econômicos de superar. Tem-se nele também o resguardo de que o empregador está sujeito a deveres e em caso de não cumprimento, de sanções legais.

A vulnerabilidade e a submissão próprias da relação trabalhista, por si próprias justificariam a importância e a relevância do estudo do Dano Moral Trabalhista. A CLT foi ideologicamente construída para buscar o equilíbrio nas relações jurídicas desiguais. Busca-se privilegiar o hipossuficiente, de modo a lhe possibilitar melhores mecanismos para a reparação de uma lesão a seu direito subjetivo que por ventura lhe tenha sido causado pelo patrão.

Vale ressaltar que o hipossuficiente geralmente é o empregado, sendo que na realidade atual quase sempre encontra-se, desempregado tendo em vista a conjuntura sócio-econômica de nosso país. Muitas são as hipóteses de ocorrência de dano moral trabalhista, podendo ocorrer diversas situações por parte do empregador contra o empregado, o ex-empregado e mesmo o candidato nas três fases da relação de trabalho, quais sejam pré-contratual, contratual e pós-contratual. Vale ressaltar que a competência da Justiça do Trabalho diz respeito somente às fases contratual e pós-contratual da relação de trabalho.

Não podemos nos esquecer que o dano moral trabalhista pode ocorrer tanto por parte do empregado como por parte do empregador. Merecem destaque os casos de discriminação que podem ocorrer das mais variadas formas, seja por orientação sexual, política, seja por questões referentes ao trabalho da mulher, do negro, do portador de deficiência, do portador do vírus HIV, seja por quaisquer outros fatores.

No caso de responsabilização de dano moral trabalhista utiliza-se da subsidiariedade do Direito Civil. Desta forma, na responsabilidade civil, crucial para a sociedade é a existência ou não de prejuízo experimentado pela vítima. Portanto, o dano é o principal elemento daqueles

necessários à configuração da responsabilidade civil. Não se pode haver responsabilidade civil sem a existência de um dano. E no caso de dano moral trabalhista há uma grande dificuldade em se constatar a ocorrência do dano tendo em vista a sua subjetividade, e a relação de submissão próprias da relação de trabalho.

Temos ainda que falar do efeito pedagógico da reparação do dano moral trabalhista. A nova competência nasceu da necessidade de maior celeridade na apuração de litígios referentes à relação de trabalho como um todo, carecendo de uma justiça que pudesse ao mesmo tempo julgar as verbas de natureza trabalhista, mas também processar e julgar questões de maior abrangência, como a questão do dano moral e de trabalho não presentes na conceituação do ordenamento jurídico em questão.

Tem a Justiça do Trabalho competência material para julgar as controvérsias decorrentes da relação de trabalho, sendo da Justiça do Trabalho a competência para apreciar a responsabilidade trabalhista que tem origem em fatos derivados da relação de emprego.

Cabe assim determinar e fixar a reparação decorrente de Dano Moral Trabalhista, ainda que, para tanto, sirva-se dos meios de suprimento previstos no artigo 8º, *caput* e parágrafo único da CLT.

O processamento e julgamento das ações de dano moral trabalhista se faz segundo o procedimento comum ordinário de que trata o artigo 763 da CLT, caso o valor atribuído à causa seja superior a 40 salários mínimos, sendo o rito sumaríssimo dos artigos 852-A e seguintes se o valor da cauda for inferior a 40 salários mínimos.

Mas qual a real importância da nova competência? O Ministro Nelson Jobim, a propósito da análise da nova competência trabalhista após a Emenda Constitucional 45, destacou o fortalecimento da Justiça do Trabalho na inauguração da nova sede do Tribunal Superior do Trabalho. De acordo com notícia veiculada em 1º de fevereiro de 2006, na página eletrônica do Supremo Tribunal Federal, sua excelência asseverou que: *“a ampliação de sua competência em razão da reforma do Judiciário é o mais claro sinal de sua importância e demonstra seu fortalecimento”*.

O presente trabalho, portanto, esmiúça a nova competência na questão dos danos morais trabalhistas em todos os seus aspectos, seja nas correntes doutrinárias, seja na legislação modificada. Tem-se por objetivo, demonstrar a importância da matéria e suas implicações na vida cotidiana.

### **Bibliografia Básica**

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário Jurídico Brasileiro**, 2002.

BELMONTE, Alexandre Angra. **Instituições Cíveis no Direito do Trabalho**. Editora Renovar, 2ª edição.

CAHALI, Yussef Said. **Dano Moral**. Editora Revista dos Tribunais, 3ª edição, revista ampliada e atualizada com o CC/2002, 2005.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes e Marcos Neves Fava organizadores. **Justiça do Trabalho: competência ampliada**. ANAMATRA E LTR, Maio de 2005.

DELGADO, Rodrigo Mendes. **O valor do Dano Moral, como chegar até ele**. Editora Mizuno, 2003.

FERRARI, Irany e Melchiades Rodrigues Martins. **Dano Moral, múltiplos aspectos nas relações de trabalho**. Editora LTr, janeiro de 2005.

FELKER, Reginald. **O Dano Moral, o Assédio Moral e o Assédio Sexual nas relações de trabalho**. Editora LTR, junho de 2006.

FLORINDO, Valdir. **Dano Moral e o Direito do Trabalho**. Editora LTr, 2002.

LOBREGAT, Marcus Vinicius. **Dano Moral nas relações individuais do trabalho**. Editora LTr, 2001.

MONTENEGRO, Antonio Lindbergh C. **Ressarcimento de Danos Pessoais e materiais**. Ed Lúmen Júris, 7ª edição, 2001.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. Editora LTr, 30ª edição, 2004.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo V. **O Dano Pessoal no Direito do Trabalho**. Editora LTr, 2002.

PAROSKI, Mauro Vasni. **Dano Moral e sua reparação no Direito do Trabalho**. Editora Juruá, 2006.

SANTINI, José Rafaelli. **Dano Moral doutrina, jurisprudência e prática**. Editora de Direito, 1997.

SANTOS, Antonio Jeová. **Dano Moral Indenizável**. Editora Método, 3ª edição, São Paulo, 2001.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **O Dano Moral na Dispensa do Empregado**. Editora LTr, 3ª edição, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso De Direito Constitucional Positivo**. Editora Malheiros, 2006

SILVA, José Américo Luis Martins da. **O Dano Moral e a sua reparação civil**. RT, 1ª edição, 1999.

THEODORO Jr, Humberto. **Dano Moral**. Editora Juarez de Oliveira, 3ª edição, 2000.